

Delfim Netto autoriza expurgo nos índices da FIBGE e FGV

por José Casado
de São Paulo

Depois de três horas de reunião com seus assessores, ontem, em São Paulo, o ministro Antônio Delfim Netto, do Planejamento, decidiu promover um expurgo nos índices de preços de petróleo, trigo, seus derivados e, também, de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros, cuja produção foi afetada pelas recentes variações climáticas — seca no Nordeste e enchentes no Sul.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), de acordo com nota oficial divulgada pela Secretaria do Planejamento ontem à noite, foram autorizadas pelo ministro Delfim Netto a fazer o expurgo nos índices de preços que elaboram. Entre estes, os de mais larga abrangência são: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ponderado pela FIBGE e que serve de base aos reajustes salariais e de aluguéis; Índice Geral de Preços (IGP) de Preços no Atacado (IPA) e de Custo de Vida (ICV), todos ponderados mensalmente pela FGV e que são indicado do estágio do processo inflacionário.

A nota da Seplan não esclarece, contudo, de quanto será o expurgo, qual a sua forma técnica nem o seu período de duração: "Ficou convencionado que a neutralização das altas de preços pelo conceito de inflação corretiva incidiria sobre petróleo, trigo, seus derivados, assim como sobre as repercuções mais imediatas dessas altas", diz o texto. E acrescenta: "Com referência aos fatores accidentais ficou estabe-

lecid o que seria utilizado procedimento semelhante ao empregado em outros países. Por esse procedimento as flutuações accidentais são atenuadas, levando-se em conta o comportamento dos preços nos doze meses anteriores ao mês de referência".

"Neste momento" — continua — "o tratamento dos fatores accidentais recairá sobre os preços dos produtos hortifrutigranjeiros e produtos agrícolas notoriamente afetados por adversidades climáticas."

A Seplan, finalmente, faz uma importante observa-

ção: "As norams assim fixadas serão aplicadas tanto pelo IBGE quanto pela FGV nos índices de preços de sua respectiva competência, a fim de avaliar-se o efeito da aplicação sobre os índices calculados sem qualquer ajuste por inflação corretiva ou acidentalidade".

Isto significa que, apesar de decidido o expurgo nos índices de preços que regulam a economia, o governo federal ainda não definiu, oficialmente, se vai aplicar esses índices expurgados. A nota oficial deixa margem apenas para a afirma-

ção de que a FIBGE e a FGV já têm autorização para elaborar índices duplos: um com e outro sem expurgo.

Como diz o economista Adroaldo Moura da Silva, assessor da Seplan, a decisão do ministro Delfim Netto, ontem, mostra a disposição do governo de resolver tecnicamente o problema básico no "front" interno da economia "por aproximações sucessivas". Restaria uma decisão final, a de aplicação efetiva dos índices expurgados, que é de natureza eminentemente política.